

RESPOSTA AO RECURSO

REGULAMENTO DA CONSULTA A COMUNIDADE PARA A ESCOLHA DO REITOR(A) E DIRETORES(AS) GERAIS DE CAMPUS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO PARA O PERÍODO DE 2018-2022.

Recorrente: Cássia Maria Souza Costa Santana - Termos do artigo 9º decreto 6986/2009.

Manifestação da Comissão

Em breve relatório, trata-se de pedido de recurso ao Regulamento Eleitoral do IF Baiano 2018-2022, interposto pelo(a) servidor(a) Cássia Maria Souza Costa Santana, pelo que se entende, requerendo disponibilização de urnas nos polos EAD para garantir a participação dos discentes dessa modalidade de ensino nas eleições para reitor e diretores gerais.

A Comissão manifesta-se pela tempestividade da interposição e pela resposta ao recurso.

É o breve relatório.

Passa-se à análise das razões do recurso.

Compulsando-se os autos, dos argumentos apresentados pelo(a) recorrente, constatou-se que este recurso propugna pelo direito dos discentes dos polos em votar no pleito em alude.

O artigo 9 do decreto 6986 de 20 de outubro 2009 em ser: "Art. 9º Todos os servidores que compõem o Quadro de Pessoal Ativo Permanente da Instituição, bem como os alunos regularmente matriculados nos cursos de ensino médio, técnico, de graduação e de pós-graduação, presenciais ou a distância, participação do processo de consulta a que se refere este decreto, e de acordo com a legislação pertinente. O regulamento prevê em seu artigo 32 - § 1º - Os(as) alunos(as) EAD deverão votar nos campi/reitoria aos quais estão vinculados. O IF Baiano conta hoje com 1854 discentes matriculados, distribuídos em 23 polos sendo 12 localizados externamente ao Campus de vinculação. Alguns polos são próximos do Campus, outros distam, sendo que o mais longínquo dista 404km do Campus Sede.

Da análise dos fatos narrados e argumentos apresentados, conclui-se então que o Regulamento Eleitoral garante a oportunidade de votação aos estudantes EAD em seu Campus de vinculação, não sendo configurado cerceamento do direito de votar dos discentes desta modalidade de ensino, mas tão somente o objetivo de estabelecer um processo onde não haja espaço para fraude, o que poderia ser favorecido em face da impossibilidade material de realizar os pleitos em todos os polos. Ademais, as comissões locais precisam estar no local de votação para dirimir quaisquer dúvidas e apoiar as mesas receptoras, o que seria inviável em face da distância desses polos, saliente-se ainda que essa comissão não pode se desmembrar visto que para qualquer decisão precisa de quórum mínimo de seis membros, conforme o mesmo regulamento. Sobre o prejuízo às atividades acadêmicas, entendemos que o pleito eleitoral faz parte do processo pedagógico da instituição, corroborando com a formação política e cidadã de todos os membros envolvidos. Entendemos ainda que a participação desses alunos está garantida e que cabe a cada campus materializar a participação deles no pleito eleitoral.

Assim referido, esta Comissão se manifesta pela **improcedência** do recurso sob análise

Sem mais.

Salvador-BA, em 06 de novembro de 2017



Diego Barreto Reis
Presidente da Comissão Eleitoral Central